

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL
amp/rs

Revista Réplica
Ano 39 - Nº 3 | SETEMBRO 2020
www.amprs.com.br/jornal-replica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL
amp/rs

Uma Associação renovada para novos tempos

Gestão 2018/2020 deixa como legado a reestruturação
administrativa e a reforma da sede da AMP/RS

Nossa capa



REVISTA RÉPLICA

ANO 39 - N° 3 | Setembro de 2020

Foto:
ADI Arquitetura

Esta edição da revista Réplica traz, na capa, a projeção de como ficará a recepção da sede administrativa da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) assim que estiver concluída a obra de revitalização do prédio. A projeção foi elaborada pelo escritório ADI Arquitetura, responsável pela redistribuição dos espaços e pela sua adequação às necessidades dos associados. Localizado no “centro jurídico” de Porto Alegre, nas proximidades do Ministério Público Estadual, do Foro Central e do Tribunal de Justiça, o número 501 da Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto é a “casa” da Associação desde 18 de dezembro de 1998, quando o prédio foi oficialmente inaugurado. Além das salas destinadas aos setores administrativos, os oito andares abrigam apartamentos de trânsito e espaços disponíveis para o uso dos associados.

Sumário

» Carta ao leitor	03
» Trabalho e solidariedade em meio à pandemia	04
» Lives para aproximar os associados	07
» Pela manutenção dos direitos	08
» Contestação da reforma da Previdência	09
» Uma nova Associação para novos tempos	10
» Um novo jeito de trabalhar	18
» Não será agora por Cláudio Brito	22
» Conflitos por Mário Cavalheiro Lisbôa	23

EXPEDIENTE

RÉPLICA é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE
Martha Silva Beltrame

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
João Ricardo S. Tavares

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS
Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE SOCIAL
Karina Bussmann

VICE-PRESIDENTE APOSENTADOS
Paulo N. Weschenfelder

SECRETÁRIO
André de Azevedo Coelho

TESOUREIRA
Luciana Cano Casarotto

DIRETOR DO JORNAL RÉPLICA
Mário Cavalheiro Lisbôa

EDIÇÃO
CDN Sul Comunicação
Rua Mostardeiro 777, 14.01 - Bairro Independência
CEP 90430-001 - Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3017-1285

REPORTAGEM

Simone Ávila (MTB 11.118) | simone.avila@cdn.com.br
Robson Hermes | comunicacao@amprs.org.br
Leonardo Munhoz | comunicacao@amprs.org.br

REVISÃO

Mariana Oselame (MTB 13.040) | mariana.oselame@cdn.com.br
Catia Bandeira (MTB 7.212) | catia.bandeira@cdn.com.br

DIAGRAMAÇÃO

Prana Design & Cultura
Rafael Sarmento | rafael.sarmento@pranacultura.com
Rua Cel. Fernando Machado, 464 - Centro Histórico
CEP: 90010-320 - Porto Alegre (RS)
Telefones: (51) 991.699.944

IMPRESSÃO

Ideograf - Gráfica e Editora
Rua Dr. João Inácio, 75 - Navegantes
CEP 90230-180 - Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3325-4900
relacionamento@ideograf.com.br

TIRAGEM

1.500 exemplares



Av. Aureliano de Figueiredo
Pinto, 501 - Praia de Belas
CEP 90050-191 - Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br

CARTA AO LEITOR



Robson Hermes / AMP/RS

Caros associados,

A pandemia do novo coronavírus impôs uma nova realidade para todos nós. Tivemos que nos adaptar a uma rotina de trabalho na qual o contato presencial foi intercalado com o trabalho remoto. Passamos a ficar mais tempo em casa, colaborando com o isolamento social adotado como medida de combate à disseminação da Covid-19. Com isso, pudemos conviver mais de perto com quem mora conosco, algo que muitas vezes não acontecia em razão da correria do cotidiano e a rotina de trabalho. Por outro lado, passamos a evitar visitas e reuniões. Nestes tempos de pandemia, também tivemos a oportunidade de aprender a ser mais solidários e mais empáticos em relação ao outro.

Os primeiros seis meses de 2020 não foram fáceis. Mas tenho orgulho de afirmar que, mesmo em meio ao cenário difícil causado pelo novo coronavírus, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) não deixou de trabalhar e de funcionar um dia sequer. Pelo contrário: nunca trabalhamos tanto para garantir o bem-estar dos nossos associados e a defesa das garantias, interesses e prerrogativas dos membros do Ministério Público.

Assim que as autoridades decretaram as medidas de restrição de circulação de pessoas, a AMP/RS se organizou, migrando ou adaptando as suas atividades para o formato trabalho remoto. A matéria que abre esta edição da Revista Réplica apresenta, por meio de uma cronologia, as ações colocadas em prática

pela Associação neste cenário. Uma dessas ações foi a criação do projeto AMP/RS Lives, também destacado nesta edição.

Diante da crise econômica e social, projetos em tramitação no Congresso Nacional, como o Plano Mansueto e o Orçamento de Guerra, ameaçaram suspender direitos dos membros do Ministério Público. A AMP/RS, vigilante, se fez presente na interlocução com parlamentares, mantendo o diálogo aberto e as tratativas para eliminar ou minimizar os prejuízos aos associados. Atuação firme também tivemos nas questões relativas à reforma da Previdência do Estado, outro conteúdo que está contemplado nesta edição da revista.

Esta gestão se propôs, desde o início, a modernizar a AMP/RS. Os resultados destes esforços são apresentados na matéria de capa, que ocupa as páginas centrais desta publicação. Um nova AMP/RS para os novos tempos é o que queremos deixar como legado desta administração construída a muitas mãos, e com muita dedicação por parte de todos os envolvidos. Esta proposta não poderia ser mais atual, visto que a pandemia de Covid-19 modificou não apenas o nosso jeito de trabalhar, mas também os nossos hábitos, rotinas e até mesmo os nossos valores enquanto sociedade.

Boa leitura!

Martha Beltrame

Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Trabalho e solidariedade em meio à pandemia

Medidas de combate à disseminação do novo coronavírus não suspenderam a atuação da AMP/RS, que encontrou novas formas de manter as suas atividades durante o isolamento social

Assim que foram publicados os primeiros decretos que determinavam o isolamento social como principal medida de combate à disseminação do novo coronavírus, a AMP/RS, rapidamente, se organizou. Em poucos dias, transformou o atendimento presencial em remoto e migrou as suas atividades para o home office. Além disso, criou campanhas de

solidariedade voltadas a apoiar os associados e a auxiliar os mais impactados pela pandemia. Algumas ações, como os eventos que já estavam programados, tiveram que ser canceladas devido à determinação das autoridades. Outras iniciativas, no entanto, essenciais para o momento de combate à Covid-19, foram mantidas, como as campanhas de vacinação em Porto Alegre e no interior do Estado. Aos poucos, como mostra a cronologia apresentada nestas páginas da revista Réplica, a AMP/RS foi encontrando novas formas de manter o trabalho e de estimular a solidariedade em meio à pandemia.

MARÇO

13/03

Atenta aos acontecimentos do Brasil e do mundo, a AMP/RS comunica a suspensão de todos os eventos presenciais agendados para o mês de março, entre eles o Almoço dos Aposentados, o Conexão Mulher, as Semanas do Ministério Público e as reuniões de diretoria e de Núcleos. No dia 16, a presidente, Martha Beltrame, e o vice-presidente administrativo e financeiro, João Ricardo Santos Tavares, entregam ao procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, um requerimento administrativo solicitando a adoção de medidas de prevenção ao coronavírus. Entre as reivindicações, constava a suspensão das audiências e a proibição do fluxo de público em geral, salvo os profissionais das áreas essenciais.

19/03

O governador do Estado, Eduardo Leite, edita um decreto de calamidade pública que determina o fechamento de atividades não essenciais com o objetivo de restringir a circulação de pessoas e, assim, evitar a disseminação do novo coronavírus. Depois deste decreto, são publicadas sucessivas determinações, tanto pelo governo do Estado quanto pelas prefeituras, em relação às normas do isolamento social. Neste momento, a AMP/RS expede um ato que regulamenta o funcionamento das sedes administrativa e campestre e estabelece o regramento do trabalho remoto para parte dos funcionários.

23/03

É lançada a campanha **Solidariedade AMP/RS**, ação em que os funcionários da Associação, trabalhando remotamente, entraram em contato com os associados com o objetivo de oferecer suporte e garantir o bem-estar durante o período de isolamento social.

Ainda no mês de março:

Teve início a campanha O Ministério Público Não Para, liderada pela CONAMP e apoiada pelas associações locais. Desde então, todos os dias, em suas redes sociais, a AMP/RS vem divulgando as ações de combate à pandemia lideradas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Foram publicadas mais de 130 iniciativas, valorizando a atuação de promotores e procuradores de Justiça durante o período de isolamento.

SOLIDARIEDADE
AMP/RS

Nos próximos dias, haverá uma segunda rodada de ligações da nossa Associação. Nós queremos saber como você está, bem como reforçar algo que você já sabe: que nós sempre estaremos ao seu lado.

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Salve o WhatsApp da AMP/RS nos seus contatos:
(51) 99582-5930

Campanha Solidariedade AMP/RS

MAIO ABRIL

03/04



Campanha de Vacinação / Robson Hermes/AMPRS

Começa, em Porto Alegre, a campanha anual de vacinação contra a gripe. Os associados da AMP/RS e os seus indicados passam por uma experiência diferente em relação aos anos anteriores, já que a vacina é aplicada em sistema de drive thru, na garagem das Torres do Ministério Público. Ao todo, 1.178 pessoas foram imunizadas. Durante a vacinação, foi lançada a campanha Ajuda AMP/RS, por meio da qual os associados puderam fazer doações que foram convertidas em cestas básicas para entidades carentes.

08/04



Entrega de doações na Restinga / Robson Hermes/AMPRS

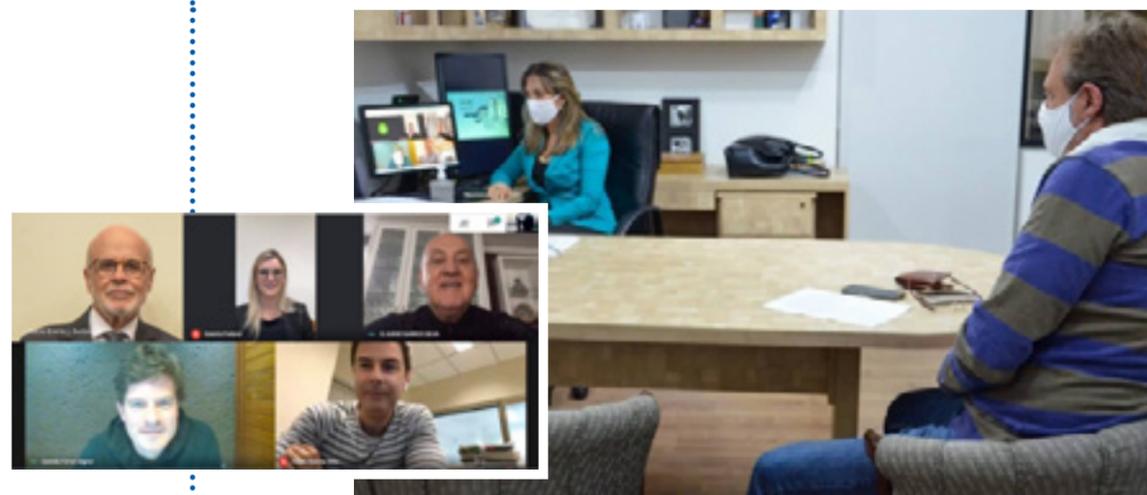
Começa, no interior do Estado, a campanha anual de vacinação contra a gripe, realizada em parceria com a Clínica de Vacinas da Panvel Farmácias. Duzentas e setenta e oito pessoas foram imunizadas em Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Santo Ângelo e Santa Rosa.

28/04

É realizada a primeira entrega de cestas básicas da campanha Ajuda AMP/RS. Nesta primeira entrega, feita em parceria com o Ministério Público, cerca de uma tonelada e meia de alimentos e materiais de higiene foi doada ao Centro Social Antônio Gianelli e à Escola Estadual de Ensino Fundamental Vicente da Fontoura, na Restinga.

12/05

Em virtude da pandemia, o Conselho de Representantes da AMP/RS aprova o desconto temporário das mensalidades, removendo o aumento de 16,38% do último reajuste aplicado a todos os associados, com vigência até novembro de 2020.



Reunião virtual do Conselho de Representantes / Robson Hermes/AMPRS



Centro Social Padre Pedro Leonardi / Robson Hermes/AMPRS

14/05

Ao longo do mês de maio, mais cestas básicas, oriundas da campanha Ajuda AMP/RS, foram entregues. Nesta etapa, as doações foram direcionadas ao Centro Social Padre Pedro Leonardi, ao Centro Social Marista de Porto Alegre (CESMAR) e à Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC). Até o fechamento desta edição, R\$ 22.270 haviam sido arrecadados pela campanha.



CESMAR / Robson Hermes/AMPRS



FASC / Robson Hermes/AMPRS

26/05

A presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, e o secretário-geral do Ministério Público Estadual, Júlio César de Melo, entregam 100 máscaras de proteção ao Hospital de Alvorada. Os materiais utilizados na produção das peças foram comprados com as doações provenientes das campanhas Ajuda AMP/RS e O Amor É Mais Contagiante, do Ministério Público. Com os repasses, o Lions Club Porto Alegre Floresta (Fundação Leonística) produziu 600 unidades, que foram distribuídas a diversos postos de pronto atendimento (UPAs) e hospitais.

Ainda no mês de maio:

Foi lançado o projeto AMP/RS Lives (saiba mais na página 7).



Fundação Leonística / Robson Hermes/AMPRS

14/06

Adotando todos os protocolos de segurança, a AMP/RS reabre, parcialmente, a sua sede campestre. A partir desta data, para frequentar o local é obrigatório o uso da máscara facial, bem como a manutenção do distanciamento social e a higienização constante com álcool em gel. Para garantir a segurança dos associados, todos os ambientes da sede campestre são frequentemente higienizados e dispõem de dispensers de álcool em gel.

OHNUNO

Lives para aproximar os associados

Projeto da AMP/RS manteve o debate de temas relevantes para o Ministério Público em meio ao isolamento social

Foi com os objetivos de aproximar os associados e de manter o debate dos temas importantes para o Ministério Público, mesmo em tempos de isolamento social, que nasceu, em maio, o projeto AMP/RS Lives. Uma vez por semana, um integrante da Diretoria Executiva recebe um convidado, com transmissão ao vivo pelo perfil da Associação no Instagram (@amprs_rs), para conversar sobre um tema de interesse da classe. O público que acompanha a live pode participar enviando perguntas e comentários em tempo real. “Essa tem sido uma experiência muito interessante neste momento em que não podemos promover eventos presenciais”, avalia a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame.

Lives de maio

A primeira edição do projeto AMP/RS Lives ocorreu no dia 14 de maio e contou com a apresentação do vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves. O convidado foi o promotor de Justiça e coordenador do Gabinete Eleitoral do Ministério Público do Estado, Rodrigo López Zilio. Na pauta, o tema “Condutas vedadas e propaganda eleitoral antecipada no período de pré-campanha”. A atuação do Ministério Público na área de processo penal pautou a segunda edição, no dia 21, com mediação do vice-presidente administrativo e financeiro da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, e participação do promotor de Justiça e mestre em Ciências Jurídico Criminais, Rodrigo da Silva Brandalise. Na oportunidade, João Ricardo destacou a relevância do projeto. “As lives têm procurado trazer ao debate temas atuais que produzem reflexos diretamente na atuação dos colegas”, afirmou. No dia 27 de maio, o projeto teve sequência com “Juiz de garantias e acordo de não persecução penal”. A live foi conduzida pelo secretário da AMP/RS, André de Azevedo Coelho, e teve como convidado o promotor de Justiça Mauro Fonseca Andrade. Na última edição do projeto durante o mês de maio, no dia 28, a tesoureira da Associação, Luciana Cano Casarotto, recebeu a secretária estadual de Saúde, Arita Bergmann, para falar sobre “Pandemia e gestão: um olhar humano em meio à crise”.

Lives de junho

As lives do mês de junho começaram no dia 4, com a presença do promotor de Justiça de Venâncio Aires e coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) – Saúde, João Afonso Silva Beltrame. Em uma conversa conduzida pela vice-presidente Social da AMP/RS, Karina Bussmann, o promotor tratou da investigação criminal em tempos de pandemia. O tema “Reflexões sobre as relações e conflitos em tempo de pandemia” foi a pauta da sexta edição do projeto, conduzida pela diretora cultural da AMP/RS, Angela Dal Pos, que recebeu a jornalista e cronista de GaúchaZH, Cláudia Laitano. Na edição do dia 18 de junho, o diretor de valorização funcional da AMP/RS, Bill Jerônimo Scherer, fez a mediação da live “Dificuldades enfrentadas nas instâncias recursais em tempos de pandemia”, que contou com a participação do promotor de Justiça João Pedro de Freitas Xavier. A transmissão que encerrou o mês de junho foi ao ar no dia 25 e contou com a participação da procuradora de Justiça Têmis Limberger. Com mediação do vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves, a convidada falou sobre “Direito Digital: o valor dos dados e a (in)segurança da informação”.



Continuidade do projeto

Criadas em um momento de isolamento social com o objetivo de amenizar a ausência de eventos presenciais, as lives mostraram, ao longo dos meses, que vieram para ficar. O objetivo da direção da AMP/RS é dar continuidade ao projeto. “As lives promovem o debate de temas relevantes para nossa classe e nos aproximam de nosso público. Por conta disso, acredito que este projeto irá se estender e virar uma marca registrada de nossa associação”, destaca a presidente Martha Beltrame. “A ideia é que ele tenha autonomia, trazendo sempre temas atuais, de interesse da classe, e que comporte uma análise rápida”, completa o vice-presidente de Núcleos, Fernando Andrade Alves. Para o promotor de Justiça David Medina da Silva, que está acompanhando as lives da AMP/RS, elas têm auxiliado de forma fundamental neste período de isolamento. “Eu considero o AMP/RS Lives uma grande iniciativa no sentido de produzir reflexões importantes, que mobilizam os membros do Ministério Público em torno de temas comuns e aproximar os colegas neste momento em que estamos distanciados”, avalia.

Pela manutenção dos direitos

Associação teve atuação destacada durante a tramitação do Plano Mansueto e do Orçamento de Guerra no Congresso Nacional

Najara Araujo



Orçamento de Guerra

A Associação também fez um intenso trabalho, em conjunto com a CONAMP, para o enfrentamento da questão sobre a redução salarial no funcionalismo, prevista na Proposta de Emenda Constitucional conhecida como Orçamento de Guerra. Novamente, foram realizadas tentativas de sensibilizar os parlamentares e de evitar o enfraquecimento da Instituição. Após videoconferências com parlamentares e lideranças, foi apresentado substitutivo pelo deputado relator, Hugo Motta, rejeitando as emendas apresentadas pela bancada do Partido Novo, que buscava redução da remuneração e subsídios do funcionalismo público e dos membros dos Poderes e Instituições. Neste caso, ficaram eliminadas as emendas que tratavam da possibilidade de redução salarial. A AMP/RS, em conjunto com a CONAMP e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), manifestou total apoio ao substitutivo apresentado. Em 7 de maio, o Congresso promulgou a Proposta de Emenda Constitucional nº 10/2020, que se tornou a Emenda Constitucional nº 106/2020.

“Repudiamos o movimento de desestruturação da carreira do Ministério Público e das demais inerentes à função do Estado, durante o estado de calamidade pública, em razão da pandemia de coronavírus que assola o país e o mundo. Seguiremos vigilantes e acompanhando todas as matérias que tramitam nas Casas Legislativas”, declarou, na ocasião, a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame.

Em meio à pandemia do novo coronavírus, os brasileiros acompanharam inúmeras mudanças nos cenários político, econômico e social do País. Entre as principais medidas adotadas pelo Congresso Nacional para mitigar os efeitos da Covid-19, estão o Plano Mansueto (Projeto de Lei Complementar nº 149/2020 e, depois de sancionada, Lei Complementar nº 173 de 2020) e o Orçamento de Guerra (Proposta de Emenda Constitucional nº 10/2020 e, após promulgação, Emenda Constitucional nº 106/2020), que tramitaram nas Casas Legislativas de forma mais intensa, a partir de março, sob acompanhamento atento da AMP/RS. Ao longo de toda a tramitação, a Associação participou de incontáveis tratativas com parlamentares, atuando fortemente na defesa das prerrogativas e das garantias dos membros do Ministério Público.

Plano Mansueto

Idealizado para ajudar os Estados e municípios a recuperarem o equilíbrio fiscal, o projeto previa uma drástica redução orçamentária ao Ministério Público, Judiciário, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e aos próprios Estados e Municípios. Ao longo da tramitação, o texto passou por modificações. A partir da atuação firme da AMP/RS, em conjunto com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) e demais representantes e chefias de Instituições e Poderes, foram afastados os dispositivos mais drásticos.

Entre eles, a supressão da alteração do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que incluiria no limite de gastos com pessoal as despesas com inativos, pensionistas e terceirizados, bem como o Imposto de Renda; a retirada de direitos sobre duodécimos; a supressão da proibição de progressão na carreira como promoção; e a supressão da proibição de contagem para fins de tempo de serviço público, apesar de permanecer a vedação para aquisição de direitos, como a licença-prêmio. No entanto, mesmo com a intensa atuação das entidades associativas, foram mantidos dispositivos como o congelamento dos subsídios até dezembro de 2021. Após a sanção presidencial, em 27 de maio, o Projeto de Lei Complementar nº 149/2020 se tornou a Lei Complementar nº 173 de 2020. A AMP/RS, em conjunto com outras associações, solicitou as providências cabíveis, como o pedido parcial de veto e o acionamento do escritório de advocacia para análise da legislação.

AMP/RS acompanha tramitação da ADI contra a Reforma da Previdência Estadual

Associação apresentou ao governador Eduardo Leite análise da minuta de Projeto de Lei para o Benefício Especial da Previdência Complementar e reestruturação dos fundos previdenciários



Martha Beltrame participa de reunião virtual com o governador do Estado, Eduardo Leite, para apresentar a minuta do Projeto de Lei

Diante da ameaça às garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, a AMP/RS atuou intensamente, em defesa da classe, nas questões relacionadas à reforma da Previdência estadual. Em abril, a Associação recorreu da decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, que suspendeu a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) e manteve inalteradas as regras estabelecidas pela reforma. Em fevereiro, a AMP/RS propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada no TJ gaúcho sob o número 0023649-86.2020.8.21.7000, juntamente com a União Gaúcha em Defesa da

Previdência Social e Pública, com quem a associação faz reuniões semanais, e outras entidades classistas. A ADI foi proposta em face da Lei nº 15.429/2019 e da Emenda Constitucional nº 78/2020, que atualizam as regras previdenciárias e alteram a carreira dos servidores. O objetivo da ADI foi declarar a inconstitucionalidade por ausência de observância do rito formal necessário à aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 503, que deu origem à Lei nº 15.429/2019, e foi votado antes da Emenda Constitucional nº 78/2020. Houve, ainda, inobservância dos princípios, comandos constitucionais e marcos normativos que compõem o sistema

de contribuição previdenciária. Em março, o desembargador responsável por julgar a ADI, Eduardo Uhlein, atendeu, em parte, o pleito, mantendo as alíquotas escalonadas e progressivas para os servidores da ativa, inativos e pensionistas. Mas, por outro lado, suspendeu a vigência dos artigos que determinavam que o início da contribuição de inativos e pensionistas ocorreria a partir da faixa superior a um salário mínimo. A Procuradoria-Geral do Estado recorreu da decisão ao STF, e a liminar foi suspensa. A AMP/RS, junto às demais entidades, ingressou com dois recursos, no TJRS e no STF, contestando diversos pontos da legislação.

Benefício Especial da Previdência Complementar e Reestruturação dos Fundos Previdenciários

No início de julho, o governador Eduardo Leite enviou para a apreciação da Assembleia Legislativa a versão final da proposta de incentivo à migração para a Previdência Complementar com um Benefício Especial e a reestruturação de fundos de previdência. O tema foi acompanhado pela Diretoria da AMP/RS desde o início da tramitação das reformas da previdência, em âmbito nacional e estadual. Em maio, o governo gaúcho apresentou um modelo que seria utilizado para a elaboração do projeto de Benefício Especial e para reestruturação dos fundos previdenciários, uma vez que o texto da Lei nº 15.429/2019 dava o prazo de até 180 dias para que fosse apresentado um projeto. No dia 25 de maio, foi julgada procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 70069544146, ajuizada pela Procuradoria-Geral de Justiça junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que obteve a declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 14.750 de 2015, determinando a instituição do benefício especial no âmbito do RS. Atenta a esse cenário, no dia 28 de maio, a AMP/RS encaminhou ao Governo do Estado uma sugestão para que fosse replicado o modelo de Benefício Especial oferecido aos servidores públicos da União. No dia 1º de junho, a presidente Martha Beltrame se reuniu com o governador Eduardo Leite e equipe de secretários. Na ocasião, o chefe do Poder Executivo apresentou o modelo que seria utilizado para a elaboração do projeto de Benefício Especial. Em seguida, a AMP/RS realizou um trabalho de análise, criação de sugestões e proposições de melhorias ao texto, junto com o grupo de trabalho da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública que já elaborou duas notas técnicas.

O modelo elaborado foi amplamente debatido em reuniões realizadas entre os dias 15 e 22 de junho com a Casa Civil, equipe de secretários do Governo do Estado, Procuradoria-Geral do Estado e Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. No dia 17 de junho, a análise da minuta do projeto de lei que regulamenta o Benefício Especial foi apresentada ao procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen. No início de julho, o governador do Estado remeteu à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 14,8/2020, contendo, dentre outros temas, o modelo de benefício especial construído. Pela proposta, o benefício será equivalente à diferença entre a média aritmética simples da totalidade das remunerações, atualizadas pelo IPCA e o teto do regime geral da previdência social, multiplicada pelo fator de conversão. O projeto também prevê a prorrogação do prazo de migração para o novo regime de previdência até agosto de 2023. No dia 31 de julho, a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, participou da audiência pública virtual para discutir o Projeto de Lei nº 14,8/2020 junto à Assembleia Legislativa. O tema foi abordado pela Comissão de Segurança e Serviços Públicos e pela Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle. A matéria foi votada e aprovada no dia 12 de agosto. “Apesar do Benefício Especial não ter ficado com o modelo idêntico ao da União, a sua estipulação no Rio Grande do Sul é uma vitória. Nossos próximos passos serão no sentido de continuar auxiliando os associados para os colegas que desejam trocar de regime previdenciário no esclarecimento da matéria a fim de subsidiar a decisão, por meio de reuniões com o escritório previdenciário, atendimento individual e contratação de atuarial”, destaca.

SAIBA MAIS SOBRE A TRAMITAÇÃO

MAIO

- Governo gaúcho apresenta o modelo a ser utilizado na elaboração do projeto de Benefício Especial e reestruturação dos fundos previdenciários
- No dia 25, é julgada procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 70069544146, ajuizada pela Procuradoria-Geral de Justiça junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que obteve a declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 14.750 de 2015, determinando a instituição do benefício especial no âmbito do RS
- No dia 28, a AMP/RS encaminha ao Governo do Estado uma sugestão para que fosse replicado o modelo de Benefício Especial oferecido aos servidores públicos da União

JUNHO

- A presidente da AMP/RS, Martha Beltrame se reúne com o governador Eduardo Leite e a equipe de secretários; na ocasião, o governador apresenta o modelo a ser utilizado na elaboração do projeto de Benefício Especial
- Ao lado de outras entidades de classe, a AMP/RS realiza um trabalho de análise, criação de sugestões e proposições de melhorias ao texto
- Entre os dias 15 e 22, o modelo é amplamente debatido em reuniões com a Casa Civil, equipe de secretários do Governo do Estado, Procuradoria-Geral do Estado e Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
- No dia 17, a análise da minuta do projeto de lei que regulamenta o Benefício Especial é apresentada ao procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen

JULHO

- O governador Eduardo Leite envia para a apreciação da Assembleia Legislativa a versão final da proposta de incentivo à migração para a Previdência Complementar com um Benefício Especial e a reestruturação de fundos de previdência
- No dia 31, a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, participa da audiência pública virtual para discutir o Projeto de Lei nº 14,8/2020 junto à Assembleia Legislativa

AGOSTO

- No dia 12, a matéria é votada e aprovada pela Assembleia Legislativa

Como funcionará o Benefício Especial no Estado?

Em entrevista à Revista Réplica, o advogado previdenciário da AMP/RS, Marcelo Dias da Silva, responde as principais dúvidas com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 148/2020

Em julho, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 140/2020, que estabelecia o Regime de Benefício Especial para fins de migração e a reestruturação dos fundos previdenciários (Fundo-Prev) foi apresentado pelo chefe do Executivo do Rio Grande do Sul. No mês seguinte, a casa legislativa gaúcha aprovou o PLC que mais tarde foi sancionado como Lei Complementar nº 15.511/2020.

Durante toda a tramitação e os debates que se desenrolaram, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) acompanhou ativamente, participou de reuniões e propôs melhorias à matéria. Além disso, promoveu reuniões para esclarecimento de dúvidas e disponibilizou atendimento individualizado aos associados com o escritório previdenciário Dias da Silva. Nessa entrevista, ele responde as principais dúvidas apresentadas nas reuniões promovidas pela Associação.



LEI COMPLEMENTAR Nº 15.511, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos (RPC/RS), fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar e dá outras providências, e a Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul e institui o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV).

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE O BENEFÍCIO ESPECIAL

Réplica: O que é o Benefício Especial?

Marcelo Dias da Silva: É um mecanismo de compensação previdenciária, em virtude de contribuição pretérita, que será pago para todo o servidor que optar por migrar do Regime Próprio de Previdência Social. Tal benefício será pago quando da concessão da aposentadoria, na invalidez permanente ou até no óbito do servidor.

O valor do Benefício Especial será igual para todos?

Não, pois ele dependerá de um número maior de contribuições vertidas no Regime Próprio atual (ou de regimes anteriores), levando em consideração também todos os valores de contribuições previdenciárias já vertidas, até a data da opção de migração que tenham superado o teto de contribuição da época, tendo como limite mensal o máximo de

contribuição ao Regime Geral de Previdência Social (INSS). Assim, quanto mais tempo de contribuição o membro do Ministério Público tiver, maior será o valor do Benefício Especial.

Quem pode recebê-lo?

Todo aquele servidor público de cargo efetivo que optar a migrar de regime jurídico previdenciário, desde que tenha tomado posse no primeiro cargo como servidor público de cargo efetivo até 18 de agosto de 2016.

Então quase todos os membros do Ministério Público podem optar pela migração de regime?

Sim, quase todos que estejam em atividade, sejam homens ou mulheres podem fazer a opção, independentemente se ingressaram no serviço público sob o chamado regime

da Paridade ou Integralidade, ou, ainda, se ingressaram sob o regime das Médias. Particularmente, não considero atrativo tal benefício para quem tem a expectativa da aposentadoria sob o atual regimento da Paridade e Integralidade, visto que, mesmo com todas as alterações sofridas, ele ainda é o melhor regime jurídico previdenciário para um servidor público.

Em quantas parcelas será pago o Benefício Especial?

Serão em 260 parcelas.

Em caso de óbito do servidor, quem receberá o Benefício Especial?

Conforme a legislação aprovada, todos aqueles que provarem a qualidade de dependentes previdenciários ou os sucessores do servidor falecido poderão receber.

Uma Associação renovada para novos tempos

Gestão que encerra o mandato em dezembro deixa como legado o avanço no processo de modernização da AMP/RS e o reforço da postura atuante diante dos pleitos e das reivindicações do Ministério Público



Primera mulher a assumir a presidência da AMP/RS em suas quase oito décadas de atuação, a promotora de Justiça Martha Beltrame conduz a entidade com o sentimento de que buscou cumprir o prometido em seu discurso de posse, em dezembro de 2018. “O futuro do Ministério Público, enquanto agente de transformação social, passa, necessariamente, pela valorização da sua história e daqueles que a construíram, mas, também, pela adaptação às constantes mudanças, tanto em âmbito interno quanto externo, para acompanharmos a realidade dos dias de hoje”, disse, Martha, na ocasião.

Dois anos após a eleição que a conduziu à presidência da entidade ao lado de João Ricardo Santos Tavares (vice-presidente

Administrativo e Financeiro), Fernando Andrade Alves (vice-presidente de Núcleos), Karina Bussmann (vice-presidente Social), Paulo Natalicio Weschenfelder (vice-presidente de Aposentados), André de Azevedo Coelho (secretário) e Luciana Cano Casarotto (tesoureira), a presidente avalia o trabalho desenvolvido durante o mandato. “A nossa Associação é forte na medida em que cada gestão assume os desafios que estão relacionados ao contexto de sua época. O maior desafio da nossa gestão foi intensificar a adaptação da AMP/RS aos novos tempos”, afirma. Das rotinas de trabalho até a infraestrutura da sede administrativa, passando pela comunicação e pelos processos internos, tudo foi reavaliado

Melhoria contínua

Em busca da melhoria contínua, a gestão 2018/2020 contratou o escritório Nardon Nasi Auditores & Consultores, no primeiro semestre de 2019, para mapear as oportunidades de aprimoramento da administração da Associação. Especializada em auditoria independente e consultoria para grandes, médias e pequenas empresas, a Nardon Nasi sinalizou que poderiam ser implementadas melhorias no

planejamento e na gestão financeira, bem como no desenvolvimento de pessoas, na organização dos ambientes de trabalho e nos processos internos relacionados ao atendimento e prestação de serviços ao associado. Diante desse diagnóstico, a Diretoria da AMP/RS iniciou uma série de mudanças para que a Associação pudesse aperfeiçoar o seu funcionamento e aumentar a sua eficiência enquanto

no intuito de se buscar uma maior eficiência no atendimento prestado pela AMP/RS e para que se possa ter foco integral na defesa dos direitos e garantias do Ministério Público. Dado o contexto de transformações sociais, econômicas e políticas desencadeadas a partir de março de 2020 pela pandemia de Covid-19, o momento de mudança não poderia ter sido mais pertinente. “Estes dois anos estão sendo intensos e este ano está completamente atípico. Estamos vivenciando uma profusão de reformas em legislações que afetam a atividade e a carreira do Ministério Público nos âmbitos estadual e federal e, atualmente, enfrentamos uma pandemia global cujos efeitos de longo prazo são, ainda, muito incertos”, argumenta Martha.

entidade associativa. Para isso, foi necessário fazer uma revisão orçamentária, uma reorganização dos setores e uma redistribuição dos recursos humanos. Como resultado deste trabalho, a Associação reduziu custos operacionais, elaborou um planejamento orçamentário, baixou a mensalidade, renovou contratos e aplicou um novo organograma, mais adequado às necessidades atuais da vida associativa.

A reorganização, que começou em 2019 e tem como objetivo ampliar a integração entre os diferentes setores da Associação – administrativo, compras, contabilidade, recursos humanos, comunicação e atendimento ao associado. A reforma, aliás, só foi possível devido ao rígido planejamento financeiro que foi implementado pela gestão. “Ao longo de 2019, nos dedicamos a revisar o modelo de funcionalidade da equipe e buscamos a adequação orçamentária. A reforma está sendo feita com os recursos que nós redistribuímos a partir dessas adequações”, ressalta a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame.

Uma Associação redesenhada

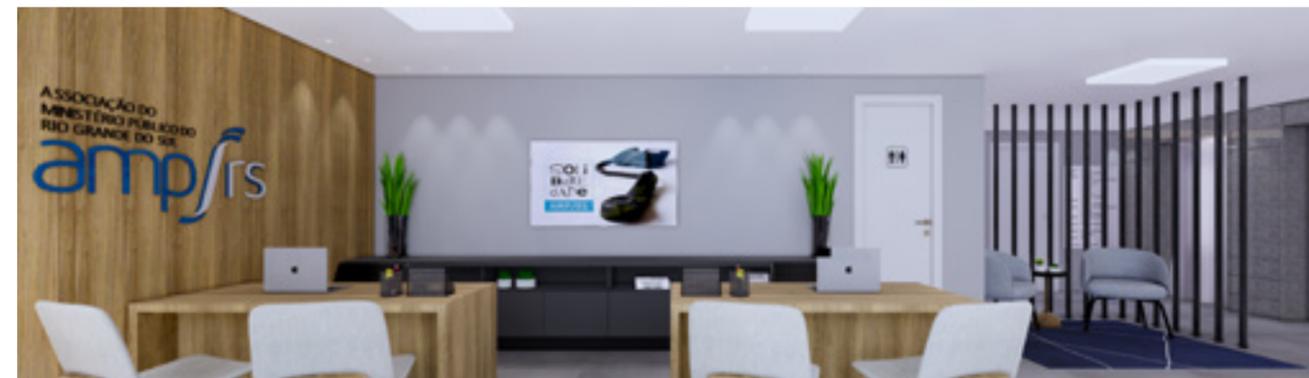
Quando o objetivo é dar mais eficiência à gestão, de acordo com os novos modelos propostos na atualidade, não basta apenas transformar os processos; é fundamental prestar atenção, também, na disposição dos ambientes de trabalho. Foi com este propósito que os espaços de trabalho da AMP/RS foram redesenhados de modo a aumentar a produtividade, a comunicação e a colaboração entre os setores. “É muito importante que os gestores estejam cientes de que, hoje, a forma de moldar os ambientes de trabalho está mudando. É um movimento natural das organizações para que as pessoas se sintam mais seguras e para que as equipes sejam mais participativas e colaborativas entre si”, destaca Martha. O principal desafio foi concentrar todos os setores no segundo andar da sede administrativa, onde até então existia um balcão de atendimento ao associado. Para garantir um melhor aproveitamento da área, o balcão foi retirado, e as equipes passaram a trabalhar em um salão aberto, sem paredes. A iluminação foi trocada, o que gerou, inclusive, economia de energia. “Esse foi um dos benefícios percebidos a partir da unificação dos

ambientes de trabalho”, exemplifica o vice-presidente Administrativo e Financeiro, João Ricardo Santos Tavares. O passo seguinte à modernização dos espaços de trabalho foi a renovação das áreas de convivência e de atendimento aos associados. Os colegas vindos do interior do Estado, por exemplo, encontrarão à disposição um maior número de flats – após a reforma, o total de acomodações passará de sete para oito. O novo flat foi projetado para atender todos os requisitos de acessibilidade, algo que, até então, não existia. “Estamos em um prédio de construção antiga. Historicamente, viemos adaptando as sedes da Associação às normas de acessibilidade. Em anos anteriores, reformamos a sede campestre. Agora, ficamos muito felizes de remodelar a sede administrativa a este importante conceito”, enfatiza a presidente. A obra, que visa acolher melhor este público, será acompanhada de uma grande modificação na entrada do prédio, com a instalação de um elevador adaptado e a criação de um espaço de convivência na recepção. A garagem também passará por um processo de reestruturação, no qual as entradas e saídas serão automatizadas e facilitadas. O oitavo andar, antes utilizado como depósito, será reformado e passará a ser um espaço multifuncional para os associados. O ambiente contará com televisão, sofás e um espaço de trabalho com acesso à internet. Martha explica que a construção deste ambiente só foi possível devido à nova distribuição dos setores da Associação nos oito andares do prédio. “O espaço multiuso é um pleito dos associados, porque a atual sala de convivência, localizada no terceiro andar, não estava suportando as novas necessidades. Reestruturamos uma antiga sala, antes pertencente ao setor de informática, que foi remanejado para o segundo andar. Com esta nova configuração, foi possível também ampliar o número de flats”, detalha.

Além de ser utilizado para trabalho, o espaço multiuso funcionará como uma sala de apoio aos flats, atendendo, também, a uma reivindicação antiga dos associados que precisam passar o dia na Capital, em função de compromissos pessoais ou profissionais.

Valorização das conquistas

Um dos principais pilares da Associação do Ministério Público gaúcho é a valorização de sua memória enquanto entidade. Desse modo, será implementada uma sala de valorização da história da Associação junto ao Ministério Público. O memorial, que será instalado no segundo andar da sede administrativa da AMP/RS, também servirá como uma sala de apoio e espaço de convivência para os jubilados e pensionistas. A ideia surge a partir do sentimento de que uma Instituição somente se consolidará frente à sociedade se houver a valorização do passado e o comprometimento ao seu propósito. A presidente Martha Beltrame conta que o espaço chega para reunir as lembranças da trajetória da entidade. “Além de ser um anseio dos aposentados, acredito que é necessário haver um espaço de valorização das conquistas da Associação. Sempre considere importante a manutenção da memória de um lugar”, destaca. “Como membros do Ministério Público e representantes de uma entidade que se aproxima dos 80 anos, viemos acumulando uma série de memórias históricas, que passaram pelos documentos, jornais, revistas e fotos dos acervos. Devemos manter estas lembranças preservadas”, reforça o vice-presidente dos Aposentados, Paulo Natalicio Weschenfelder. Até o fechamento desta edição, a data de entrega das obras ainda estava em aberto devido às restrições de funcionamento da construção civil em meio à pandemia de Covid-19.



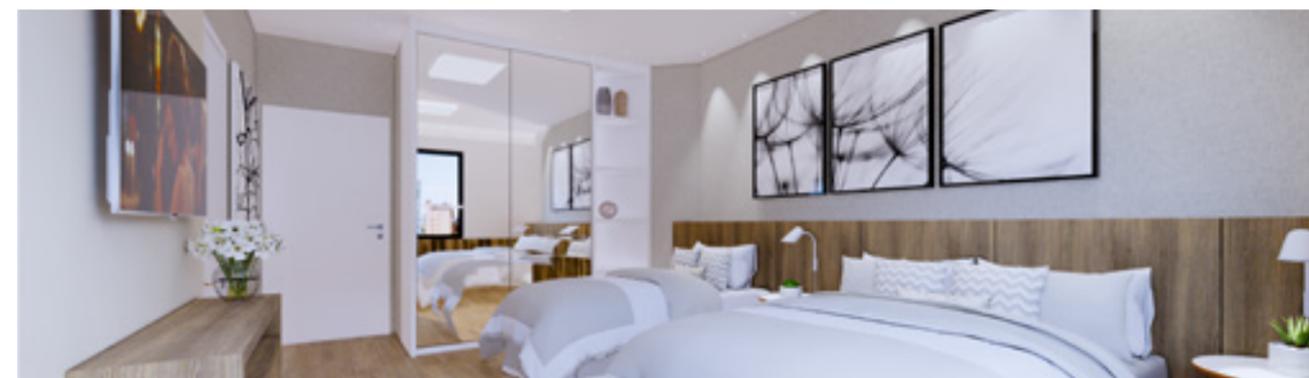
Atendimento ao associado na recepção da sede



Sala multiuso, no oitavo andar, onde antes havia um depósito



Espaço de convivência na recepção da AMP/RS



Reformados, flats atendem às normas de acessibilidade

Diretoria Executiva avalia a Gestão 2018/2020

“



Tânia Meinerz / Divulgação

Esta gestão ficou marcada pelos diversos enfrentamentos legislativos, nos âmbitos federal e estadual, e pelo trabalho incansável da AMP/RS em favor da manutenção dos direitos e das prerrogativas dos membros do Ministério Público. Também tivemos que enfrentar a pandemia de Covid-19, que nos impôs um cenário inimaginável e repleto de desafios. Em meio a tudo isso, ao longo destes dois anos, seguimos firmes em nosso propósito de modernizar a Associação, humanizá-la e tornar cada vez mais relevante o trabalho junto ao associado.

MARTHA SILVA BELTRAME
Presidente

”

“



Robson Hermes / AMP/RS

A partir da proposição de uma nova estrutura organizacional e da projeção de um orçamento anual, realizamos um trabalho muito focado na otimização dos recursos da AMP/RS. Desse modo, foi possível reduzir algumas das despesas básicas e direcionar os recursos de maneira eficaz para a realização das obras na sede administrativa da Entidade, ampliação no número de flats, reformas estruturais nos andares do prédio, implementação de acessibilidade e criação da sala memorial.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
Vice-presidente Administrativo e Financeiro

”

“



Robson Hermes / AMP/RS

Durante esta gestão, buscamos uma interlocução rápida e ágil com os Núcleos a fim de colher os anseios da classe e entender o que se espera da Associação. Além disso, um dos nossos maiores objetivos foi levar informações a respeito do que vem acontecendo no cenário nacional e estadual. Para isso, moldamos uma agenda integrada por reuniões com os Núcleos e Semanas do Ministério Público, a fim de viabilizar de maneira mais eficiente a interlocução com a sociedade, comunidade acadêmica e membros do Ministério Público do interior do Estado.”

FERNANDO ANDRADE ALVES
Vice-presidente de Núcleos

”

“



Arquivo / AMP/RS

Concretizamos grandes eventos. Destaco a festa dos 78 anos da Associação, em outubro de 2019, e o jantar de recepção da nova turma de promotores de Justiça aprovados no 48º concurso. Estávamos com o evento do Dia da Mulher marcado, mas teve de ser cancelado por causa da pandemia. Desde março deste ano, tivemos de parar tudo. Por outro lado, nos empenhamos em fazer valer um dos principais motes da AMP/RS, que é o de congregar os nossos associados. Nos dedicamos à manutenção dos encontros do Conexão Mulher por meio de videoconferência. Neste novo formato, foi muito positivo identificar uma maior participação das associadas do interior do Estado, que muitas vezes deixavam de participar das edições mensais devido à distância.

KARINA BUSSMANN
Vice-presidente Social

”

“



Robson Hermes / AMP/RS

Destaco os nossos esforços na continuidade dos almoços, que são verdadeiras reuniões em que trabalhamos muito as pautas associativas. Outro ponto de destaque foi a conquista do recálculo da PAE da URV. Com relação ao nosso trabalho durante a pandemia, mantivemos o contato com os aposentados e com as pensionistas por meio de ligações realizadas pelas nossas colaboradoras, colocando-nos à disposição deles. Destaco, ainda, a realização das reuniões online com os jubilados e a criação do Papo & Prosa. Apesar dos pesares da pandemia, a tecnologia nos facilitou o contato com colegas distantes, aproximando-nos daqueles que não moram na Capital. A participação deles foi tão expressiva que vamos adotar o formato de reunião mesmo após a pandemia. Importante ressaltar a concretização da sala da Vice-Presidência dos Aposentados. Além disso, mantivemos a participação ativa na Comissão de Aposentados e Pensionistas da CONAMP, com o titular Antonio Carlos Hornung, sempre com uma posição ativa e destacada com sugestões e proposições. Pretendemos implementar, cada vez mais, os assuntos institucionais nos almoços, porque todos os aposentados têm o sentimento de compromisso vitalício com o Ministério Público e estão prontos para continuar a dar a sua parcela de contribuição em defesa da Instituição.

PAULO NATALÍCIO WESCHENFELDER
Vice-presidente dos Aposentados

”

“



Arquivo / AMP/RS

Esta gestão ficará marcada como uma que enfrentou grandes desafios, sendo que alguns quase sem precedentes, como foi o da pandemia da Covid-19. Entretanto, tal conjuntura, aliada a um cenário nacional e regional bastante adverso apenas tornou a motivação da Diretoria Executiva ainda maior para a realização de seu primeiro dever: a defesa intransigente dos direitos de seus associados. Esperamos ter contribuído para a grandeza da nossa Associação, com todo nosso esforço, mantendo assim a trajetória vitoriosa que tanto nos orgulha e orgulho em sua história.

LUCIANA CANO CASAROTTO
Tesoureira

”

“



Arquivo / AMP/RS

As funções da AMP/RS dizem respeito à defesa dos direitos, prerrogativas e interesses dos seus associados e, também, à proteção de interesses institucionais e demais questões relevantes para a instituição do Ministério Público. Assim, além de todas as atribuições ordinárias do cargo que ocupo na Diretoria Executiva, realizei diversos estudos e pareceres jurídicos sobre temas de interesse específico dos associados e da instituição do Ministério. Dentre todos, destaco a realização de estudo acerca das possíveis formas de concretização do direito dos membros do MP ao recebimento dos valores decorrentes do subsídio retroativo, bem a realização de parecer jurídico acerca da inconstitucionalidade da Lei n. 13.869/2018 (Lei do Abuso de Autoridade), estudo este que foi adotado pela CONAMP e, de forma integral, fundamentou quase a totalidade a Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela CONAMP, junto ao STF, visando à declaração de inconstitucionalidade da referida lei.

ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO
Secretário

”

Um novo jeito de trabalhar

Isolamento social acelerou o uso da tecnologia como forma de substituição aos eventos e às reuniões presenciais

A pandemia global de Covid-19 acelerou uma tendência que já se desenhava muito antes do novo coronavírus: a substituição de encontros presenciais por reuniões virtuais, especialmente em relação às atividades de caráter regular e deliberativo. Nesse sentido, a Diretoria Executiva da AMP/RS precisou se adaptar. Para cumprir a extensa agenda de reuniões e eventos antes realizados de modo presencial, foi preciso aderir a novas ferramentas e se acostumar às formas de interação online. “O mais importante neste processo é que não deixamos de trabalhar um dia sequer. Nos adaptamos à necessidade do momento e seguimos desenvolvendo as nossas atividades, muitas vezes por meio das reuniões online”, destaca a presidente da AMP/RS, Martha Beltrame. Saiba mais sobre os encontros virtuais realizados ao longo do primeiro semestre de 2020.

Conselho Deliberativo da CONAMP

Desde janeiro, o Conselho Deliberativo da CONAMP se reuniu oito vezes para tratar de temas de interesse da classe, como projetos em tramitação no Congresso Nacional, e para debater acerca de questões relacionadas à atuação do Ministério Público durante a pandemia.



Reunião virtual do Conselho Deliberativo da CONAMP / Reprodução

Diálogo institucional

A Diretoria Executiva da AMP/RS se reuniu com o procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, para discutir assuntos de interesse dos associados. No dia 17 de junho, a presidente, Martha Beltrame entregou uma análise da minuta de Projeto de Lei que regulamenta o Benefício Especial no Rio Grande do Sul para fins de migração ao Regime de Previdência Complementar.



Reunião de diretoria da AMP/RS / Leonardo Munhoz/AMPRS

Reuniões de Diretoria

A Diretoria Executiva da AMP/RS manteve a sua rotina de reuniões e realizou seis encontros por videoconferência ao longo do primeiro semestre de 2020. Nesse período, ainda ocorreram quatro reuniões da diretoria ampla, também de forma virtual.

Reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP)



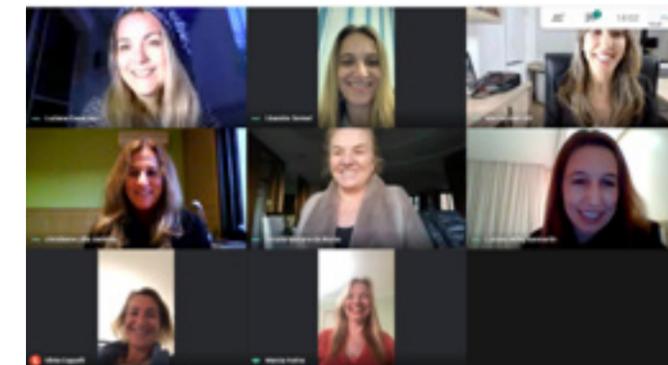
No dia 10 de junho, a presidente Martha Beltrame representou a entidade na reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). No encontro, realizado por meio de videoconferência, o presidente da FMP, Fábio Roque Sbardellotto, apresentou o balanço da gestão 2019/2022, que foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Deliberativo.

Comissão de Mulheres da CONAMP

Ao longo do primeiro semestre de 2020, a Comissão de Mulheres da CONAMP realizou três reuniões virtuais: nos dias 20 de abril, 5 de maio e 9 de junho. Durante os encontros, foram discutidos temas como as iniciativas de fomento ao protagonismo de procuradoras e promotoras de Justiça; o apoio e a participação na campanha O Ministério Público Não Para e o andamento de projetos que estão na pauta da comissão. A presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, líder da Regional Sul da CONAMP, participou das reuniões da Comissão.



Conexão Mulher



O grupo do Conexão Mulher se reuniu em duas oportunidades no primeiro semestre de 2020: no dia 31 de março, quando a pauta girou em torno das ações tomadas pelo Ministério Público no combate ao coronavírus; e no 1º de junho, quando foram discutidos os novos formatos de trabalho em meio à pandemia. No encontro de junho, o Conexão Mulher também abordou a divulgação da campanha “Elas, avante”, criada pela Comissão das Mulheres da CONAMP com o objetivo de homenagear procuradoras e promotoras de Justiça que estão na linha de frente no combate ao novo coronavírus.

Grupo Literário

Por conta da pandemia, o Grupo Literário realizou apenas duas edições em 2020. No dia 4 de maio, a pauta do encontro foi a obra “O homem que amava os cachorros”, livro do cubano Leonardo Padura. No segundo encontro, dia 25 de junho, foi a vez da obra “A peste”, de Albert Camus, ser debatida pelos membros do grupo. Escrito em 1947, o livro conta a história de trabalhadores que descobrem a solidariedade em meio a uma peste que assola a cidade de Oran, na Argélia.

Revista do Ministério Público ganha nova plataforma de publicação

Com o objetivo de amplificar a valorização das produções acadêmicas, a Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul (www.revistadomprs.org.br) ganhou uma nova plataforma online: o recurso Open Journal System (OJS), um software livre para gerenciamento e divulgação de periódicos científicos, que permite acesso aberto e aperfeiçoamento da publicação acadêmica. “O OJS vem para trazer agilidade na busca dos conteúdos produzidos”, destaca o diretor da publicação, Michael Schneider Flach.

Fabiano Dallazen é empossado como presidente do CNPG

No dia 17 de abril, em cerimônia realizada de forma virtual, o procurador-geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Fabiano Dallazen, foi empossado como presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). A presidente da AMP/RS, Martha Beltrame, prestigiou a posse.



PG Alves



Papo & Prosa

Desde julho, a AMP/RS vem promovendo o Papo & Prosa, que visa oportunizar o encontro dos jubilados e pensionistas. Nas reuniões virtuais, são debatidos temas de interesse da classe, respondidos os questionamentos dos participantes, bem como são acolhidas as sugestões. Mesmo após a pandemia, a ideia é manter o formato virtual das reuniões para que os associados de fora de Porto Alegre também possam participar.

Pela primeira vez em 36 anos, Semana do Ministério Público tem uma edição online

Criada em 1985 pela AMP/RS com o objetivo de divulgar as atividades do Ministério Público nas faculdades de Direito, a Semana do Ministério Público também migrou para o formato virtual devido à pandemia de Covid-19. Nos dias 17 e 18 de setembro, pela primeira vez em sua história, o evento foi realizado no ambiente online e contou com a participação de alunos e professores dos campi Canoas, Gravataí, Guaíba, São Jerônimo e Torres.



A programação contou com palestras da promotora e presidente da Associação, Martha Beltrame (“Desafios da autocomposição: mediação e negociação”); da promotora e tesoureira da AMP/RS, Luciana Casarotto (“Regionalização na educação: a experiência e a participação do Ministério Público na construção de soluções em meio à pandemia”); do procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen (“O papel do Ministério Público no contexto da pandemia da Covid-19”); e do procurador Regional da República, Sérgio Cruz Arenhart (“Novos desafios das técnicas de coletivização da tutela dos direitos”).

O vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, e o presidente do Núcleo da Costa Doce, Fernando Sgarbossa, foram os mediadores do evento que também contou com a participação dos professores de Direito da Ulbra como debatedores.

Comemorações virtuais no Dia do Gaúcho

Devido à pandemia, neste ano as comemorações alusivas ao 20 de setembro foram realizadas no formato virtual. No dia 17 de setembro, a AMP/RS promoveu a Tertúlia Farroupilha, com a participação de 28 associados que interagiram com declamações, poemas, músicas e muito bate-papo sobre a cultura e as tradições gaúchas. Dentre as atrações do evento, esteve a palestra “Revolução Farroupilha”, ministrada pelo procurador de Justiça jubilado, Sérgio da Costa Franco. No dia 20 de setembro, foi a vez de a Associação promover uma live musical em homenagem ao Dia do Gaúcho. O assessor de tradições gaúchas da AMP/RS, Pedro Rui da Fontoura Porto, cantou os principais sucessos da música tradicionalista ao lado do filho, Thiago Porto.





Cláudio Brito

Promotor de Justiça aposentado e jornalista

Não vai ser agora

Os avanços das pesquisas que nos levarão a uma ou várias vacinas capazes de neutralizarem o coronavírus autorizaram algum otimismo que me fez imaginar que a jornada estivesse perto do fim. O governador João Dória, de São Paulo, revelou a chegada de vacinas da China para testes no Brasil, com o Instituto Butantã em parceria com os cientistas orientais. Ao mesmo tempo, Dória esclarecia que até setembro ou outubro poderemos ter apenas os resultados autorizadores de considerarmos pronta a fase experimental. Outras fontes altamente especializadas ensinaram que, para contarmos com uma campanha regular de vacinação, precisaremos esperar até junho ou julho de 2021.



O reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pedro Hallal, fruto das pesquisas e verificado o estágio das políticas de controle social, ausente ainda a vacina definitiva, chega à conclusão que “o melhor, o possível, o real, é o afastamento social, o confinamento, a quarentena”. No mesmo sentido, o professor Fernando Spilki, da Feevale e presidente da Sociedade Brasileira de Virologia, reafirma o que sempre recomenda, ou seja, higiene pessoal e ambiental, distanciamento, uso de máscaras e permanência em casa, se não precisar sair. Estamos longe ainda de uma solução final e o que nos cabe é comportamento social absolutamente solidário, restrito em aglomerações e flexibilizações inadequadas. Sem esquecer do uso de máscaras que nos protejam e aos que tiverem contato conosco. O Ministério Público também haverá de ser guardião das políticas públicas e protocolos orientadores das medidas aplicáveis para que se produza o melhor resultado possível, poupando-se vidas e otimizando-se o atendimento médico-hospitalar. E para tais objetivos já existem demandas no combate à improbidade e corrupção que acarretam prejuízos e ineficiências no serviço público mais relevante, o destinado à proteção da saúde dos brasileiros. O melhor ainda é o afastamento social, o confinamento e a quarentena.



Mário Cavalheiro Lisboa

Diretor do Jornal Réplica

Conflitos

O Brasil ardia em chamas. A radicalização estava em todos os lugares: nas universidades, nos colégios públicos ou privados, nos bares, nas ruas, nos restaurantes. E, especialmente, nos aviões. Se alguém considerado adversário ingressasse em um avião, onde estivesse em minoria, ai dele. Não teria uma viagem muito confortável. Os grupos de WhatsApp se movimentavam de um dia para o outro e faziam aglomerações nos parques com bandeiras, cartazes, bonecos infláveis, carros de som e palavras de ordem. Os jornais, as rádios e os canais de tevê eram hostilizados, seja por um dos lados, seja pelo outro, quando não pelos dois. O Brasil tornou-se uma sociedade dual, sem espaço algum para outras correntes de pensamento. Se alguém tivesse a ousadia de sugerir a criação de algum movimento intermediário entre os extremos por que mergulhara o país, era desprezado por todos; não recebia nem o cumprimento dos vizinhos. Ocorre que a nação estava dividida entre as pessoas que defendiam o veganismo e as outras, que se achavam no direito de utilizar produtos de origem animal. Desnecessário esclarecer que os mais fanáticos eram os veganos. Obrigavam até os seus cachorros a terem uma alimentação vegana, pobres dos perros. As animosidades haviam dominado

inclusive as famílias, dividindo-as entre veganos e não veganos. As mulheres veganas utilizavam apenas cosméticos sem nenhuma substância de origem animal, as outras não. Credo, Eloísa, como pode carregar no rosto substâncias extraídas de algum animalzinho indefeso? Ora, Clotilde, vá se catar com esse seu fanatismo idiota. Esse tipo de diálogo passou a ser comum. Organizados, determinados e se achando defensores de um admirável mundo novo, os veganos criaram um partido político numa cervejaria artesanal, onde costumavam se reunir. Em virtude das redes sociais, o Partido Vegano do Brasil (PVB), em poucas semanas, conseguiu milhões de seguidores. Elegeu vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e... o presidente da República. Sim. O PVB elegeu o presidente da República, um vegano fanático que passava o dia todo vociferando contra o uso de produtos animais. Desnecessário dizer que muitas pessoas que nem estavam aí para o veganismo trataram de aderir a tal filosofia. Eram os novos veganos; oportunistas de toda a ordem que, de uma forma ou de outra, queriam se beneficiar com as benesses do poder. O certo é que o veganismo se tornou importante força política. Um grupo organizado criava fake news desqualificando os carnívoros, mostrando falsamente atos

terríveis que eles praticariam contra os animais. Nos vídeos, apareciam carnívoros introduzindo pregos nos olhos de vacas e ovelhas vivas, e dando risadas. Olhem como são essas pessoas, dizia o protagonista do vídeo, vejam como é meritória nossa luta. Todos os dias, pela manhã, o presidente da República concedia entrevista nas portas do palácio, onde desancava nos carnívoros, e nos segmentos de mídia que os apoiavam. Um dos primeiros atos do novo presidente foi editar Medida Provisória transformando todas as churrascarias do Brasil em restaurantes veganos. O país, que já estava dividido, explodiu de vez. Os veganos e os carnívoros organizavam-se em grupos, iam para a frente das churrascarias e digladiavam-se de todas as formas. A questão somente foi pacificada quando o STF, após ameaças, decidiu, por seis votos a cinco, que as churrascarias haviam se tornado ilegais. A posição do STF foi um duro golpe para os carnívoros. Com o tempo, eles começaram a ser vistos com desprezo pela sociedade, sendo comum as portas se fecharem para eles. Concurso público, para quem ingeria carne, nem falar. Em virtude da perseguição política, muitos carnívoros passaram a pedir asilo na Argentina, onde eram bem recebidos e podiam até comer bife de chorizo com papas fritas.

